

**INSTITUTO FEDERAL DE  
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
RIO GRANDE DO NORTE**

# **PROJETO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL**

Natal/RN  
2015

REITOR

**Belchior de Oliveira Rocha**

PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO E  
DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

**Wyllys Abel Farkatt Tabosa**

DIRETORA DE GESTÃO DE ATIVIDADES  
ESTUDANTIS

**Solange da Costa Fernandes**

PRÓ-REITOR DE ENSINO

**José de Ribamar Silva Oliveira**

DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS

**Auridan Dantas de Araújo**

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO

**Régia Lúcia Lopes**

DIRETOR DE GESTÃO DE TECNOLOGIA DA  
INFORMAÇÃO

**Alex Fabiano de Araújo Furtunato**

PRÓ-REITOR DE PESQUISA E INOVAÇÃO

**José Yvan Pereira Leite**

ASSESSORA DE COMUNICAÇÃO E EVENTOS

**Marília Amaral de Moura Estevão Peroba**

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO

**Juscelino Cardoso de Medeiros**

ASSESSORA DE INFORMAÇÕES E DADOS  
INSTITUCIONAIS

**Anna Catharina da Costa Dantas**

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

Comissão Central

**Alexsandro Paulino de Oliveira**

**Andrezza Costa Marreiros lima**

**Daniele de Macedo Henrique**

**Erika Moreira Santos**

**Francisco Alisson da Silva**

**Galba Falcao Aragao**

**João Batista de Araújo Medeiros**

**João Victor Marinho Costa**

**José Joelson Bezerra de Brito**

**Juliana de Medeiros Franco Lima**

**Laetitia Valery Nunes**

**Leonardo Gomes de Paiva Amorim**

**Maria dos Navegantes dos Santos da Silva**

REVISÃO TÉCNICA

**Anna Catharina da Costa Dantas**

**Solange Marlene Thomaz**

**Tarcimaria Rocha Lula Gomes da Silva**

## SUMÁRIO

<b>1. CONCEPÇÕES E DIRETRIZES</b>	<b>5</b>
<b>2. PROGRAMA INTEGRADO DE AVALIAÇÃO E PLANEJAMENTO</b>	<b>7</b>
<b>3. COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO</b>	<b>14</b>
<b>4. METODOLOGIA</b>	<b>15</b>
4.1. Etapas do processo	15
4.2. Dimensões avaliadas	15
4.3. Segmentos respondentes e estratégias de alcance	17
4.4. Instrumento de avaliação	18
4.5. Tabulação e análise de dados	20
<b>5. RESULTADOS</b>	<b>21</b>
<b>6. CRONOGRAMA</b>	<b>21</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>22</b>

## 1. CONCEPÇÕES E DIRETRIZES

As concepções e diretrizes para o planejamento e avaliação institucionais são objeto do documento-base do Projeto Político-Pedagógico do IFRN (INSTITUTO [...], 2012).

A avaliação do fazer administrativo e pedagógico e, consequentemente do Projeto Político-Pedagógico (PPP) e do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), têm, por finalidade, a consolidação de uma educação de qualidade, a melhoria dos mecanismos de gestão da qualidade e a formulação de inovações que possibilitem a melhoria do conjunto das práticas em uma instituição educacional.

Assim, estabelece-se a necessidade de desenvolver, em uma perspectiva emancipatória, o planejamento e o acompanhamento das políticas, das diretrizes, das metas e das ações institucionais. Nesse contexto, entende-se perspectiva emancipatória “como um processo de descrição, análise e crítica de uma dada realidade, visando transformá-la” (SAUL, 2006, p. 61).

Considerando-se que o planejamento deve ser uma ação coletiva, realizada pelos sujeitos participantes do processo educativo da Instituição, a avaliação precisa ser desenvolvida também de forma coletiva, participativa e permanente, caracterizando-se, assim, como um trabalho contínuo e processual, envolvendo todas as esferas e todas as categorias institucionais.

Portanto, a avaliação, compreendida como um processo necessário para a dinâmica institucional, necessita acontecer de forma permanente e sistemática, caracterizando-se como um diagnóstico que percebe, orienta e reorienta o trabalho a ser realizado no desenvolvimento das políticas, das diretrizes, das metas e das ações definidas. Para Libâneo (2001), a avaliação é necessária para redirecionar caminhos, dado que ela é uma ação voltada para o estudo sistemático de um fenômeno, uma situação, um processo, um evento ou uma pessoa, visando, sobretudo, emitir um juízo valorativo.

A avaliação institucional tem a finalidade de identificar o andamento e a qualidade das atividades-fim (ensino, pesquisa e extensão) e das atividades-meio (gestão acadêmica e administrativa), buscando assegurar a integração de dimensões externas e internas da avaliação institucional, mediante um processo construído e assumido coletivamente. Tal esforço institucional garante a possibilidade de gerar informações para tomadas de decisão de caráter político, pedagógico e administrativo.

Nesse sentido, a avaliação institucional é pautada nos princípios de justiça, rigor, integração, globalidade, participação, eficácia formativa, efetividade social, flexibilidade, credibilidade, legitimidade, institucionalidade, continuidade, respeito à identidade institucional e sistematização. Coaduna-se, pois, com a proposta metodológica do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) (BRASIL, 2004a). Tal proposta contempla as dimensões administrativo-pedagógicas de uma instituição educativa. Parte do pressuposto de que a organização e a gestão não podem conceber a separação entre o fazer administrativo e pedagógico. A dimensão administrativa de uma instituição educacional só “ganha sentido a partir das atividades pedagógicas que constituem as atividades-fim, ou os propósitos da organização” (ALONSO, 2002, p. 23).

Assim, acompanhar e avaliar o planejamento institucional implica avaliar, de forma democrática e dialógica, a eficiência, a eficácia e a efetividade das políticas, das diretrizes, das metas e das ações definidas.

Por outro lado, o processo avaliação institucional pauta-se em objetivos fundamentais de autorreferência (fortalecimento da identidade institucional, considerando o histórico e as práticas da Instituição), autoanálise (autorreflexão realizada pelos atores sociais que participam da Instituição) e autodesenvolvimento (capacidade de retroalimentação para aperfeiçoamento dos processos institucionais). De acordo com Suanno (2002), essa postura assegura e privilegia o discurso e as percepções dos atores sociais da instituição, a partir de uma diversidade de mecanismos e de espaços avaliativos constituídos em uma perspectiva socioqualitativa associada à técnica quantitativa.

A ênfase metodológica do processo de avaliação institucional é de natureza socioqualitativa, uma vez que, como fenômeno dialético da prática social, pressupõe a valorização e a análise de aspectos de pesquisa qualitativa. Esse encaminhamento avaliativo é orientado pelo propósito de compreender processos de construção da realidade e de identificar comportamentos sociais e práticas cotidianas, mediante coleta, análise e interpretação de dados específicos do fenômeno social. Coerentemente, é possível aproximar-se dessa realidade de modo integral, por meio do método dialético.

Assim, assume-se que a avaliação institucional deve ser realizada tendo, por referencial, uma metodologia que possibilite

[...] identificar, analisar e entender a realidade institucional utilizando-se de indicadores internos e externos, com ênfase nos indicadores internos, construídos de forma participativa e valorizando a análise histórica de outros momentos avaliativos vividos na instituição. (SUANNO, 2002, p. 1)

Para se implementar efetivamente o processo de avaliação institucional, buscando-se garantir a participação coletiva da comunidade institucional, faz-se necessário que a Instituição estabeleça estratégias organizadas e sistemáticas que garantam, de modo permanente, a realização das ações.

Objetiva-se detectar as intrínsecas relações entre o planejado e o realizado (no sentido de identificar possíveis fragilidades no próprio projeto), corrigir os rumos e, em decorrência, redefinir conceitos, metas e objetivos.

O acompanhamento das condições administrativas e do trabalho pedagógico apresenta-se em uma perspectiva dialética, dado que, além de identificar fragilidades, possibilita ratificar acertos, avanços e potencialidades nos processos encaminhados. Promove-se, assim, uma avaliação comprometida com a gestão de qualidade social, o que, direta e indiretamente, fortalece a cultura de avaliação emancipatória na Instituição.

Para tanto, ressalta-se que a avaliação institucional deve assumir, primordialmente, um caráter dialético, processual, contínuo e participativo. Nesse sentido, considera-se a avaliação como um mecanismo de diálogo com os procedimentos institucionais, de compreensão e de melhoria permanente dos processos de gestão democrática em uma instituição educativa.

Em coerência com os princípios e com a natureza de construção e de consolidação – coletiva e participativa – do planejamento institucional, todos os *campi* e a Reitoria da Instituição devem ser envolvidos no processo avaliativo. Consideram-se, em tal cadeia participativa, as mais diversas instâncias de atuação acadêmica e administrativa: das ofertas de cursos, programas e atividades institucionais a todas as dimensões que avaliam a qualidade da ação institucional.

Na perspectiva de viabilizar tal propósito, apresentam-se, a seguir, diretrizes que se constituem tanto em desafios quanto em oportunidades de crescimento institucional e que devem ser observadas para a efetivação da avaliação institucional sistemática:

- a) sensibilizar e envolver, em todo o processo avaliativo, como corresponsáveis, todos os sujeitos que atuam na Instituição (gestores, professores, técnicos-administrativos, pais, estudantes, egressos e representantes locais de segmentos organizados da sociedade), garantindo o caráter democrático e participativo do processo;
- b) definir e sistematizar modelos e estratégias de avaliação (criação de uma dinâmica possibilitadora da avaliação dos processos de planejamento e de implementação para as políticas, as diretrizes, as metas e as ações propostas);
- c) definir dimensões, variáveis e indicadores para o acompanhamento e a avaliação institucional, apontando-se a periodicidade e a consolidação dos resultados obtidos por meio de diferentes mecanismos de avaliação sistematizados;
- d) desenvolver articulação sistemática e permanente entre os diferentes setores da Instituição, com o propósito de avaliar e de analisar periodicamente o desenvolvimento das políticas, das diretrizes, das metas e das ações definidas; e
- e) analisar, criticamente, os resultados, com objetivo de retroalimentar as práticas concernentes ao ensino, à pesquisa, à extensão, à assistência estudantil e aos processos de gestão administrativo-pedagógicos, retroalimentando, assim, o currículo institucional.

Nessa circunscrição, deve se atribuir, ao planejamento e à avaliação institucional, um caráter político, filosófico e organizativo. Tal caráter possibilita consolidar um processo de gestão pedagógico, administrativo e financeiro cada vez mais democrático, sistêmico e emancipatório. Visa-se, sobretudo, atingir a consecução dos objetivos e o cumprimento da função social do IFRN como instituição pública de educação científica, profissional e tecnológica.

## 2. PROGRAMA INTEGRADO DE AVALIAÇÃO E PLANEJAMENTO

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, e regulamentado pela Portaria MEC nº 2.051, de 9 de julho de 2004, tem por finalidade analisar, oferecer subsídios, fazer recomendações, propor critérios e estratégias para a reformulação de processos e políticas de avaliação da Educação Superior, além de elaborar a revisão crítica dos seus instrumentos, metodologias e critérios utilizados nas avaliações das instituições.

A autoavaliação institucional está explicitada por um conjunto normativo descrito no Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.

Para realizar a avaliação de políticas, diretrizes, metas e ações institucionais, faz-se necessária a implementação de uma proposta avaliativa sistêmica que assegure participação, viabilidade e eficácia. Tal proposta – elaborada com a finalidade de que todos os sujeitos da Instituição possam compreendê-la e sentirem-se motivados a participar – deve contemplar os principais processos de planejamento e de avaliação institucional.

Desse modo, resgatando-se a proposta metodológica apresentada no Plano de Avaliação do Projeto Pedagógico da ETFRN (ESCOLA [...], 1995) e incorporando-se os elementos próprios do PPP e do PDI, numa adaptação realizada a partir do Programa Institucional de Avaliação, propõe-se a implementação do Programa Integrado de Avaliação e Planejamento.

O Programa Integrado de Avaliação e Planejamento tem, como objetivos, tanto sistematizar os mecanismos de planejamento, acompanhamento e avaliação institucionais quanto, paralelamente, avaliar o PPP e PDI.

Nesse Programa, a autoavaliação institucional – de caráter processual, qualitativo, dialógico e participativo – assume um caráter estratégico e basilar para o levantamento de indicadores e aspectos que contribuam para a melhoria do processo de gestão e que tragam subsídios concretos para a avaliação do PPP, do PDI, do currículo e projetos pedagógicos de cursos, do plano de ação anual, do desenvolvimento dos estudantes, do desempenho didático docente e de outros diagnósticos eventualmente necessários, e para a revisão dos documentos institucionais e elaboração do plano de ação do ano seguinte.

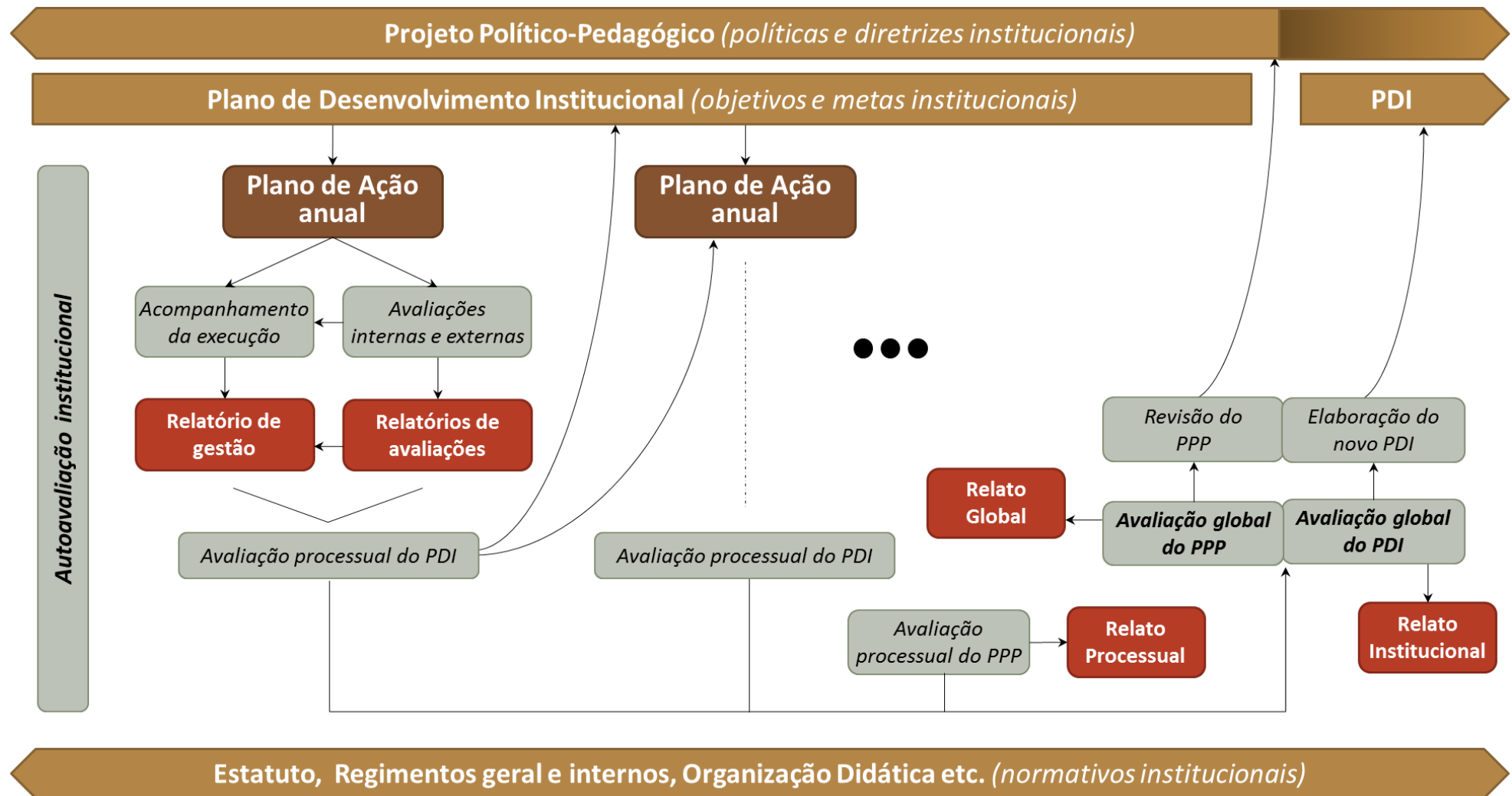
De modo a ilustrar a articulação entre a autoavaliação institucional, os diversos processos administrativo-pedagógicos e os documentos institucionais, a Figura 1 apresenta um infográfico do fluxo e da articulação entre os processos de planejamento e avaliação no âmbito do Programa.

Nesse sentido, a autoavaliação institucional tem como objetivo geral desenvolver e consolidar o processo de avaliação institucional, em suas dimensões acadêmicas e administrativas, visando o aprimoramento da gestão institucional, como forma de contribuir para a elevação da qualidade da educação ofertada, com vistas ao cumprimento da função social do IFRN.

Dentre os objetivos específicos da autoavaliação institucional, incluem-se:

- criar e consolidar uma cultura de avaliação com a participação das comunidades interna e externa, que contribua para o seu autoconhecimento e subsidie a gestão para a reorientação de seu planejamento estratégico;
- fomentar as condições para que a comunidade interna possa refletir sobre o seu fazer acadêmico e as condições objetivas ofertadas pela instituição, visando atender à função social;
- identificar as potencialidades e as insuficiências relativas aos indicadores do processo e das condições de ensino e aprendizagem dos cursos ofertados, apresentando alternativas de soluções para o seu aprimoramento; e
- apresentar diagnóstico das diversas dimensões avaliadas, com o intuito de implementar medidas que conduzam à melhoria das políticas estabelecidas no PPP e à execução do PDI.

Figura 1 – Fluxo e articulação entre os processos de planejamento e avaliação no âmbito do Programa Integrado de Avaliação e Planejamento.



Fonte: elaborado com base na representação de processos e documentos institucionais no âmbito do Programa Institucional de Avaliação (INSTITUTO [...], 2012).

Com o intuito de proporcionar os subsídios necessários à avaliação dos diversos processos e documentos institucionais, os instrumentos utilizados no processo de avaliação institucional precisam ser definidos de modo a contemplar e articular as dimensões previstas no SINAES, as políticas e diretrizes definidas no PPP, os objetivos estratégicos e as metas definidos no PDI, e as ações estabelecidas no plano de ação institucional anual.

Os processos avaliativos são conduzidos pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) em articulação com a Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (PRODES), a Assessoria de Informações e Dados Institucionais (ASINDI) a Diretoria de Avaliação e Regulação do Ensino (DIARE), integrando todas as Pró-Reitorias e Diretorias Sistêmicas. O Quadro 1 sistematiza os processos de avaliação que integram o Programa, associados aos respectivos órgãos sistêmicos de vinculação e o Quadro 2 apresenta o detalhamento da integração entre os processos de avaliação e de planejamento.

Quadro 1 – Sistematização dos processos de avaliação no âmbito do Programa Integrado de Avaliação e Planejamento.

Processo de avaliação	Órgão sistêmico de vinculação
<b>Avaliação do planejamento</b>	
Avaliação qualitativa de diretrizes e metas	PRODES
Avaliação operacional dos setores	PRODES; PROAD
Avaliação da infraestrutura	PRODES; PROAD; PROEN
Diagnóstico de ações para o planejamento institucional	PRODES
<b>Avaliação do processo ensino e aprendizagem</b>	
Avaliação do desenvolvimento dos estudantes	PROEN
Avaliação do desempenho didático docente	PROEN
<b>Outros processos de autoavaliação</b>	
Diagnóstico de permanência e êxito dos estudantes	PRODES/CIPE
Avaliação de cursos	PROEN
Pesquisa de egressos	PROEX

Os processos avaliativos constituintes do Programa Integrado de Avaliação e Planejamento requerem, de forma complementar e de acordo com as necessidades de análise e de julgamento, a utilização de múltiplos instrumentos e a combinação de diversas metodologias. Dessa forma, por meio de diferentes práticas, os processos avaliativos precisam instituir um sistema de avaliação em que as diversas dimensões da realidade avaliada sejam integradas em sínteses compreensíveis, com coerência conceitual e epistemológica.

Constitui-se, portanto, um programa de avaliação e planejamento que prioriza a participação coletiva, os princípios da avaliação emancipatória e, sobretudo, a busca pela consolidação, de forma democrática e autônoma, da gestão de processos educativos. Ressaltam-se os pressupostos crítico-reflexivos institucionais, como o compromisso de estabelecer-se uma cultura de avaliação institucional processual e de caráter dialógico, incidindo na correção de rumos das práticas pedagógicas realizadas na Instituição.

Ademais, abre-se o convite à participação da coletividade institucional – docentes, discentes, técnicos-administrativos, egressos e representantes da sociedade civil organizada – para, juntos, construir essa caminhada, feita de acertos, de erros, de avanços e de recuos. Mais importante do que o processo é a perspectiva dialética do “vir a ser”, orientadora de novas (re)construções e de novos horizontes.



Quadro 2 – Detalhamento dos processos de avaliação e de planejamento institucional no âmbito do Programa Integrado de Avaliação e Planejamento.

Processo	Metodologia	Resultado esperado	Periodicidade e período	Responsável(is)
<b>Autoavaliação institucional</b>				
<b>Autoavaliação do planejamento</b>	Participação coletiva, por meio de aplicação de instrumentos em sistema informatizado.	Sistematização de elementos para a revisão e a elaboração do planejamento institucional (PPP, PDI e plano de ação) Sistematização de elementos para a elaboração do Relatório de Autoavaliação Institucional anual, do Relatório de Gestão anual e dos relatórios processual e global do PDI e do PPP.	Anualmente, em setembro	CPA central e locais; PRODES; CIPE central e locais
<b>Autoavaliação do processo ensino e aprendizagem</b>	Participação coletiva, por meio de aplicação de instrumentos em sistema informatizado.	Sistematização de elementos para o planejamento do processo ensino e aprendizagem e para a avaliação de desempenho didático docente para fins de progressão e promoção.	Anualmente, no final do ano letivo	CPA central e locais; PROEN
<b>Outros processos de autoavaliação</b>	Participação coletiva, por meio de aplicação de instrumentos em sistema informatizado.	Sistematização de elementos o planejamento do processo em tela.	Periodicidade a ser definida, associado ou não ao processo de autoavaliação do planejamento	CPA central e locais; Órgão sistêmico de vinculação
<b>Autoavaliação pela gestão institucional</b>	Participação coletiva e dialógica em gabinetes itinerantes, visitas técnicas, auditorias	Produção e análise de relatórios pelos gestores institucionais para levantamento de elementos para o planejamento institucional.	Anualmente, de forma permanente	Dirigentes sistêmicos correspondentes e respectivos gestores funcionais dos <i>campi</i>

Processo	Metodologia	Resultado esperado	Periodicidade e período	Responsável(is)
<b>Análise de processos de avaliação externa</b>	Participação coletiva e dialógica de coletivos das dimensões envolvidas	Análise dos relatórios dos processos de avaliação externa (ENADE, ENEM, avaliação de cursos, e outras) pelos gestores institucionais para levantamento de elementos para o planejamento institucional.	Anualmente, de forma permanente	Dirigentes sistêmicos correspondentes e respectivos gestores funcionais dos <i>campi</i>
<b>Elaboração do Relatório de Autoavaliação de cada <i>campus</i></b>	Sistematização e análise dos resultados do processo de avaliação	Relatório de Autoavaliação de cada <i>campus</i> elaborado.	Anualmente, de janeiro a março	CPAs locais, com apresentação ao respectivo Conselho Escolar
<b>Elaboração do Relatório de Autoavaliação Institucional</b>	Sistematização e análise dos resultados do processo de avaliação	Relatório de Autoavaliação Institucional elaborado.	Anualmente, de janeiro a março	CPA central e ASINDI, com apresentação ao CONSUP
<b>Projeto Político-Pedagógico</b>				
<b>Avaliação processual das políticas e diretrizes estabelecidas do PPP</b>	Participação coletiva e dialógica, em espaços deliberativos.	Sistematização de elementos para a elaboração do Relato Processual do PPP.	Após 2 anos do PDI, de abril a setembro	Dirigentes sistêmicos, sob coordenação da PRODES
<b>Elaboração do Relato Processual de avaliação do PPP</b>	Sistematização e análise dos resultados do processo de avaliação.	Proposição de ações de intervenção.	Após a avaliação processual, de outubro a dezembro	Dirigentes sistêmicos, para cada dimensão
<b>Avaliação global do PPP</b>	Participação coletiva e dialógica, em espaços deliberativos, no âmbito institucional (em cada <i>campus</i> e na Reitoria).	Sistematização de elementos para o Relato Global do PPP.	Um ano antes do término do PDI vigente, de abril a junho	Dirigentes sistêmicos, para cada dimensão, sob coordenação da PRODES
<b>Elaboração do Relato Global de avaliação do PPP</b>	Sistematização e análise dos resultados do processo de avaliação	Proposição de reafirmação ou redimensionamento de políticas e diretrizes institucionais. Sistematização de elementos para a revisão do PPP.	Após a avaliação global, de outubro a dezembro	Dirigentes sistêmicos, para cada dimensão, sob coordenação da ASINDI, PRODES

Processo	Metodologia	Resultado esperado	Periodicidade e período	Responsável(is)
<b>Revisão do PPP</b>	Participação coletiva e dialógica, no âmbito institucional (em cada <i>campus</i> e na Reitoria), em espaços deliberativos para análise dos resultados do processo de avaliação e revisão do documento.	Revisão de todos os volumes do PPP, em especial o documento-base, a organização didática e os PPCs.	Quinquenalmente, após avaliação global, de julho a outubro	Dirigentes sistêmicos, para cada dimensão, sob coordenação da PRODES
<b>Plano de Desenvolvimento Institucional</b>				
<b>Avaliação processual dos objetivos e metas estabelecidas no PDI</b>	Participação coletiva e dialógica, em espaços deliberativos, priorizando a avaliação da implementação das metas e ações planejadas no âmbito de cada dimensão institucional.	Sistematização de elementos para a atualização do PDI.	Anualmente, em setembro	ASINDI, PRODES e PROEN
<b>Atualização do PDI</b>	Participação coletiva e dialógica, em espaços deliberativos	Redimensionamento de objetivos estratégicos e metas institucionais.	Anualmente, de outubro a dezembro	Dirigentes sistêmicos e dos <i>campi</i> , sob coordenação da PRODES, com aprovação CONSUP
<b>Avaliação global do PDI</b>	Participação coletiva e dialógica, em espaços deliberativos, no âmbito institucional (em cada <i>campus</i> e na Reitoria).	Sistematização de elementos para o Relato Institucional e para a elaboração do PDI para o quinquênio subsequente.	Um ano antes do término do PDI vigente, de abril a junho	ASINDI, PRODES e PROEN
<b>Elaboração do PDI para o novo quinquênio</b>	Participação coletiva e dialógica, no âmbito institucional (em cada <i>campus</i> e na Reitoria), em espaços deliberativos para análise dos resultados do processo de avaliação e sistematização do novo documento.	Novo PDI elaborado.	Quinquenalmente, após avaliação global, de julho a outubro	Dirigentes sistêmicos e dos <i>campi</i> , sob coordenação da PRODES, com aprovação CONSUP
<b>Elaboração do Relato Institucional do PDI</b>	Sistematização e análise dos resultados do processo de avaliação	Relato Institucional elaborado.	Quinquenalmente, em abril	ASINDI, PRODES e PROEN

Processo	Metodologia	Resultado esperado	Periodicidade e período	Responsável(is)
<b>Plano de Ação anual</b>				
<b>Elaboração do Plano de Ação</b>	Sistematização e análise dos resultados do processo de avaliação	Plano de Ação elaborado.	Anualmente, de agosto a setembro (preliminar) e de outubro a dezembro (final)	Dirigentes sistêmicos e dos <i>campi</i> , sob coordenação da PRODES, com parecer CODIR e aprovação CONSUP
<b>Acompanhamento da execução do Plano de Ação</b>	Coleta de informações	Confronto com metas e ações planejadas	Anualmente, de maio e agosto	PRODES
<b>Elaboração dos Relatórios de Gestão dos <i>campi</i></b>	Sistematização e análise dos resultados do processo de avaliação	Relatórios de gestão dos <i>campi</i> elaborados.	Anualmente, de novembro a dezembro	Dirigentes <i>campi</i> , sob coordenação de comissão, com aprovação pelo respectivo Conselho Escolar
<b>Elaboração do Relatório de Gestão institucional</b>	Sistematização e análise dos resultados do processo de avaliação	Relatório de gestão institucional elaborado.	Anualmente, de janeiro a março	Dirigentes sistêmicos, sob coordenação da ASINDI e PRODES, com aprovação pelo CONSUP
<b>Planejamento do processo de ensino e aprendizagem</b>				
<b>Acompanhamento do desenvolvimento dos estudantes</b>	Sistematização e análise dos resultados da avaliação do processo ensino e aprendizagem	Relatório de avaliação do desenvolvimento dos estudantes elaborado.	Anualmente, no final de um ano letivo e início do seguinte	PROEN e diretorias acadêmicas dos <i>campi</i>
<b>Acompanhamento do desempenho didático docente</b>	Sistematização e análise dos resultados da avaliação do processo ensino e aprendizagem	Relatório de avaliação do desempenho didático docente elaborado.	De acordo com os processos de progressão e promoção dos docentes	Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD), órgãos de pessoas, PROEN e diretorias acadêmica

Fonte: Adaptado de PPP do IFRN (INSTITUTO [...], 2012).

### 3. COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

A Lei do SINAES prevê a composição da CPA, que possui o papel de conduzir os processos de avaliação internos da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Por outro lado, o processo de atualização institucional busca, em sua essência, elementos para a melhoria e aperfeiçoamento do desempenho da instituição, a partir da participação democrática da comunidade que a constitui, da sociedade e de seus parceiros externos. Deve se tornar uma atividade intrínseca ao processo de planejamento e um instrumento de gestão para permitir um realinhamento permanente dos seus rumos na direção da sua função social.

Dessa forma, a atuação da CPA no IFRN se embasa na concepção de avaliação como processo permanente de construção e/ou consolidação de uma cultura de avaliação da instituição, com a qual a comunidade interna se identifique e se comprometa. O seu caráter formativo deve permitir o aperfeiçoamento, tanto pessoal (dos docentes, discentes e técnicos-administrativos) quanto institucional, pelo fato de colocar todos os atores em um processo de reflexão e autoconsciência, devendo inserir a participação da comunidade externa.

O Regimento Geral do IFRN define, como principal atribuição da CPA, a coordenação dos processos internos de avaliação da instituição, a sistematização e a prestação das informações solicitadas pelo INEP.

Assim, o processo de autoavaliação institucional no IFRN é coordenado pela CPA, que funciona como um órgão de assessoramento, atuando com autonomia em relação aos demais conselhos e colegiados. A CPA tem por objetivos planejar e executar a autoavaliação do IFRN, bem como divulgar e discutir os resultados.

A CPA do IFRN é constituída de uma CPA central e de CPAs locais (em cada unidade do IFRN), compostas por membros titulares e suplentes com representação da comunidade acadêmica (docentes, técnicos-administrativos e discentes) e da comunidade externa (sociedade civil organizada, pais e/ou empresários).

As CPAs locais são compostas por membros eleitos por seus pares, totalizando dois representantes docentes, dois representantes discentes, dois representantes dos técnicos-administrativos e dois representantes da sociedade civil organizada indicados pelo Conselho Escolar do *Campus*. Os dois membros mais votados em cada segmento, no conjunto das CPAs locais, juntamente com dois representantes da sociedade civil organizada indicados pelo Conselho Superior do IFRN, compõem a CPA central. Para cada membro titular existe um membro suplente do mesmo segmento.

A CPA central atua em conjunto com as CPAs locais, que têm a atribuição de desenvolver o processo de autoavaliação, particularmente quanto ao trabalho de sensibilização, e de realizar a divulgação dos resultados junto à comunidade acadêmica.

Anualmente, no âmbito do planejamento institucional para o ano seguinte, e em observância às metas previstas no PDI vigente, a CPA elabora o seu plano de ação, no qual estão previstas, minimamente, as seguintes atividades:

- realização de reuniões da CPA central;
- realização de reuniões entre a CPA central e as CPAs locais;
- participação da CPA central e das CPAs locais em reuniões de órgãos colegiados institucionais;
- realização de formações específicas para a CPA central e para as CPAs locais; e
- elaboração do plano de ação para o ano seguinte.

Nos anos de transição de mandato da CPA, as seguintes atividades são também previstas:

- preparativos para eleições para a CPA para o novo triênio;
- posse dos novos membros da CPA eleita e eleição da nova presidência e secretaria;
- transição da CPA atual para a CPA eleita, com formação integrada da CPA eleita (participação da CPA anterior, da ASINDI, da PRODES e da DIARE).

## 4. METODOLOGIA

A autoavaliação institucional compreende uma pesquisa aplicada pela CPA por meio de instrumento, disponibilizado à comunidade acadêmica e, sempre que possível, à comunidade externa, com o intuito de avaliar diversos aspectos e indicadores que compõem as dimensões institucionais articuladas às dimensões estabelecidas pelo SINAES. A pesquisa possui um caráter descritivo-exploratória, pois visa gerar conhecimento sobre a opinião de diversos públicos acerca das ações desenvolvidas, gerando subsídios para as políticas institucionais e, ainda, um caráter descritivo, pois envolve a classificação, descrição e interpretação dos dados levantados.

A autoavaliação institucional é aplicada anualmente por meio de indicadores. São estabelecidos dois momentos de autoavaliação institucional a cada ano: a **avaliação do planejamento**, que subsidia o planejamento pedagógico-administrativo institucional (diretrizes do PPP, metas do PDI e do Plano de Ação anual); e a **avaliação do processo ensino e aprendizagem**, que subsidia o planejamento do desenvolvimento do currículo (desenvolvimento dos estudantes e desempenho didático docente).

Para esses dois momentos de autoavaliação institucional, são estabelecidos e apresentados, à sequência, as etapas que constituem o processo, as dimensões avaliadas, os segmentos respondentes, os instrumentos de avaliação e as diretrizes para tabulação e análise de dados.

### 4.1. Etapas do processo

A autoavaliação institucional é realizada em sete etapas, apresentadas no Quadro 3.

Quadro 3 – Etapas do processo de autoavaliação institucional.

Etapa	Descrição
<b>Planejamento e organização do processo</b>	Definição das estratégias e do cronograma a serem utilizados no processo, de forma colegiada entre a CPA central, as CPAs locais e os órgãos sistêmicos de planejamento e avaliação (PRODES, ASINDI e DIARE).
<b>Elaboração do instrumento de avaliação</b>	Elaboração/revisão de indicadores e instrumentos para a avaliação diagnóstica das dimensões institucionais e do SINAES.
<b>Sensibilização para a participação coletiva</b>	Realização de reuniões de sensibilização, com utilização de estratégias, metodologias e técnicas participativas e dinâmicas.
<b>Aplicação dos instrumentos avaliativos</b>	Aplicação dos instrumentos avaliativos junto à comunidade acadêmica e a comunidade externa por meio de sistema informatizado.
<b>Sistematização dos resultados</b>	Tabulação, levantamento crítico dos resultados apresentados e análise quanti-qualitativa dos dados coletados e elaboração de relatório da autoavaliação de cada <i>Campus</i> e da Reitoria e do relatório de autoavaliação institucional geral (sistêmico) do IFRN.
<b>Homologação do relatório de autoavaliação</b>	Apresentação do relatório da autoavaliação de cada <i>Campus</i> e ao respectivo Conselho Escolar e do relatório de autoavaliação institucional geral ao Conselho Superior do IFRN.
<b>Publicação e divulgação dos resultados</b>	Publicação e divulgação dos resultados à comunidade acadêmica e nas reuniões dos órgãos colegiados, com desenvolvimento de estratégias, de modo a contemplar o coletivo institucional participante do processo.

### 4.2. Dimensões avaliadas

O Projeto Político Pedagógico do IFRN (INSTITUTO [...], 2012) o Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018 (INSTITUTO [...], 2014) organizam a ação institucional em dimensões que se articulam àquelas definidas pelo SINAES.

O Quadro 4 apresenta a relação entre eixos e dimensões SINAES e eixos e dimensões institucionais no IFRN, avaliados no processo de autoavaliação institucional.

Quadro 4 – Relação entre eixos e dimensões SINAES e eixos e dimensões institucionais no IFRN avaliados no processo de autoavaliação institucional.

SINAES		IFRN			
Eixos	Dimensões	Eixos	Dimensões	Macroprocessos	Órgão Sistêmico
Planejamento e avaliação institucional	Planejamento e avaliação	Políticas de desenvolvimento institucional	Gestão estratégica	Função social; Órgãos colegiados e de assessoramento; Transparência e descentralização; Gestão organizacional; Planejamento estratégico; Avaliação institucional; Internacionalização	PRODES, ASERI
			Desenvolvimento institucional	Missão e PDI	Comunicação interna; Comunicação externa e <i>marketing</i> institucional; Eventos
Responsabilidade social	Governança			Governança administrativa; Governança em tecnologia da informação	AUDGE; DIGTI
Políticas acadêmicas	Comunicação com a sociedade		Ensino	Acesso discente; Oferta educacional; Administração acadêmica; Processo ensino e aprendizagem; Sistema de bibliotecas; Educação a distância	PROEN
	Políticas para o ensino, pesquisa e extensão	Extensão	Interação com a sociedade; Diálogo com o mundo do trabalho	PROEX	
	Políticas de atendimento aos discentes	Pesquisa e inovação	Desenvolvimento científico e tecnológico; Publicações acadêmico-científicas; Empreendedorismo inovador	PROPI	
		Atividades estudantis	Assistência social; Assistência à saúde; Formação integral; Representação estudantil	DIGAE	
Políticas de gestão	Políticas de pessoal	Políticas de gestão	Gestão de pessoal	Seleção e mobilidade de pessoal; Titulação de servidores; Desenvolvimento de equipes; Carreira dos servidores; Segurança, saúde e qualidade de vida no trabalho; Gestão funcional de servidores	DIGPE
	Organização e gestão da instituição		Gestão administrativa	Funcionamento institucional; Processos administrativos; Gestão orçamentário-financeira; Gestão de materiais e compras	PROAD
	Sustentabilidade financeira				
Infraestrutura	Infraestrutura física	Políticas de infraestrutura	Engenharia e infraestrutura	Gestão de obras civis; Sustentabilidade ambiental; Acessibilidade arquitetônica	PROAD
			Tecnologia da informação	Infraestrutura lógica e redes; Sistemas de informação	DIGTI

### 4.3. Segmentos respondentes e estratégias de alcance

O universo de respondentes da pesquisa de autoavaliação institucional é formado por todos os discentes, técnicos-administrativos, docentes e gestores<sup>1</sup>, além de um percentual estabelecido anualmente para egressos, pais de alunos, empresários e representantes da sociedade civil organizada. Os empresários e os representantes da sociedade civil organizada serão selecionados dentre aqueles que possuem vínculo com unidade(s) do IFRN.

Para os públicos de discentes, técnicos-administrativos, docentes e gestores, as respostas obtidas através do formulário eletrônico disponibilizado por meio de sistema informatizado institucional formam uma amostra do tipo acidental voluntária. De modo a viabilizar a sensibilização e/ou resposta dos desses segmentos, propõem-se que sejam utilizados os seguintes espaços:

- discentes – reuniões por turma;
- docentes – reuniões pedagógica e de grupo;
- técnicos-administrativos – reunião de coletivos institucionais ou reuniões específicas; e
- gestores – reunião do colégio gestor do *campus*, reunião de coletivos institucionais ou reunião específica.

Os respondentes das categorias pais de alunos, egressos<sup>2</sup>, empresários e sociedade civil organizada serão selecionados por amostragem intencional (baseada numa seleção de participantes), através dos seguintes procedimentos para responderem à pesquisa em meio eletrônico:

- pais de alunos – reunião de pais dos cursos técnicos integrados;
- egressos – envio por *e-mail* e/ou entrevista por telefone; e
- empresários e representantes da sociedade civil organizada – entrevista por telefone.

A avaliação do planejamento é aplicada a discentes, técnicos-administrativos, docentes e gestores, egressos, pais de alunos, empresários e representantes da sociedade civil organizada.

A avaliação do processo ensino e aprendizagem é aplicada a discentes e docentes e aos técnicos-administrativos e gestores que atuam diretamente no processo.

As demais avaliações têm públicos definidos de acordo com cada processo.

---

<sup>1</sup> Os gestores do IFRN são, via de regra, servidores docentes ou técnico-administrativos, integrantes da equipe técnico-pedagógica (pedagogos, técnicos em assuntos educacionais e psicólogos vinculados ao ensino) ou aqueles investidos em função gratificada (FG), cargo de direção (CD), função de coordenação de curso (FCC) ou função de apoio à gestão. Assim, para efeitos da qualificação da informação coletada, faz-se necessária, no processo de autoavaliação institucional, uma diferenciação da resposta desse segmento.

<sup>2</sup> A avaliação por parte dos egressos pode ser realizada sob a forma da Pesquisa de Egressos, integrada ao processo de autoavaliação institucional.



#### 4.4. Instrumento de avaliação

Os instrumentos de avaliação (formulários) são gerados dinamicamente pelo sistema informatizado de aplicação, a partir de indicadores cadastrados com atributos primários (aspectos ou critérios de análise) e com atributos secundários, conforme apresentadas no Quadro 5.

Quadro 5 – Atributos secundários dos indicadores em relação à avaliação aplicada e ao respondente.

<b>Atributo</b>	<b>O que significa</b>	<b>Tipos possíveis</b>
<b>Avaliação aplicável</b>	O indicador é aplicável para que tipo de avaliação	Avaliação qualitativa de diretrizes e metas; Avaliação operacional dos setores; Avaliação da infraestrutura; Diagnóstico de ações para o planejamento institucional; Avaliação do desenvolvimento dos estudantes; Avaliação do desempenho didático docente; Diagnóstico de permanência e êxito; Avaliação de cursos; Pesquisa de egressos.
<b>Tipo do indicador</b>	O indicador é quantitativo ou qualitativo	Quantitativo; Qualitativo (autocalculados ou não).
<b>Segmento</b>	O indicador deve ser respondido por quais segmentos	Gestor; ETEP; Docente; Técnico; Estudante; Egresso; Pais; Empresas; Sociedade Civil Organizada.
<b>Dimensão institucional</b>	O indicador deve ser respondido por segmentos (técnicos e gestores) vinculados a quais dimensões institucionais	Gestão Estratégica; Comunicação e Eventos; Governança; Ensino; Extensão; Pesquisa e Inovação; Atividades Estudantis; Gestão de Pessoal; Gestão Administrativa; Engenharia e Infraestrutura; Tecnologia da Informação.
<b>Unidade administrativa</b>	O indicador é utilizado para avaliar quais unidades e, conseqüentemente, deve ser respondido por respondentes vinculados a quais unidades	Reitoria; <i>Campus</i> EAD; <i>Campus</i> com Unidade Produtiva; <i>Campus</i> sem Unidade Produtiva.
<b>Modalidade</b>	O indicador é utilizado para avaliar quais modalidades/cursos e, conseqüentemente, deve ser respondido por respondentes que atuam em quais modalidades/cursos	FIC; PROEJA FIC; técnico integrado; técnico integrado EJA; técnico subsequente; licenciatura; tecnologia; engenharia; aperfeiçoamento; especialização; mestrado; doutorado.
<b>Categorias de resposta ao indicador</b>	Quais são os tipos de resposta para o indicador	Conceitos enumerados; Frequência de resposta; Variáveis numéricas; Respostas abertas.

Assim, o formulário a ser aplicado a um determinado respondente é gerado dinamicamente pelo sistema informatizado com base na relação entre as características do respondente – notadamente a que segmento pertence, qual a unidade administrativa de vinculação e em que modalidade/curso atua – e os atributos dos indicadores.

Os indicadores propostos são predominantemente objetivos e são utilizadas as categorias de resposta descritas no Quadro 6.

Quadro 6 – Categorias de respostas aos indicadores.

<b>Categoria de resposta</b>	<b>Descrição</b>	<b>Tipos de variáveis</b>
<b>Conceitos enumerados</b>	Refletem o grau de concordância, discordância ou desconhecimento acerca dos temas abordados	<b>Escala padrão (única escolha)</b>
<b>Frequência de resposta</b>	Revelam o grau de importância de um conjunto de aspectos sobre um determinado tema abordado	<b>Única escolha ou múltiplas escolhas</b>
<b>Variáveis numéricas</b>	Subsidiaram o acompanhamento de índices e taxas institucionais	<b>Número inteiro, número decimal ou conjunto de variáveis</b>
<b>Respostas abertas</b>	Possibilitam o detalhamento da opinião do respondente e a análise de conteúdo	<b>Texto longo ou texto curto</b>

Os indicadores do tipo conceito enumerado são definidos com a escala padrão apresentado no Quadro 7. Os demais tipos de indicadores são definidos a partir do aspecto ou critério que se propõem a analisar.

Quadro 7 – Escala padrão para os indicadores do tipo conceito enumerado.

<b>Padrão</b>	<b>Definição</b>
<b>N/C</b>	Quando o respondente <b>NÃO CONHECE</b> o aspecto avaliado e, portanto, não considera pertinente opinar.
<b>1</b>	Quando o aspecto avaliado <b>NÃO EXISTE</b> (embora devesse existir) na percepção do respondente.
<b>2</b>	Quando o aspecto avaliado existe mas é <b>INSUFICIENTE</b> na percepção do respondente.
<b>3</b>	Quando o aspecto avaliado existe e é <b>SUFICIENTE/REGULAR</b> na percepção do respondente.
<b>4</b>	Quando o aspecto avaliado é existe e é <b>MUITO BOM</b> na percepção do respondente.
<b>5</b>	Quando o aspecto avaliado existe e é <b>EXCELENTE</b> na percepção do respondente.
<b>N/A</b>	Quando o aspecto avaliado <b>NÃO SE APLICA</b> ao respondente e, portanto, não deve opinar.

Os padrões N/A e N/C não são contabilizados no cálculo de um eventual índice sintético. Entretanto, requerem uma análise especial, considerando que os indicadores só devem ser aplicados a quem tem propriedade e/ou condições para respondê-los. Alta frequência de respostas desses tipos, em particular a resposta N/C, ensejam, portanto, um destaque para aprofundamento pela gestão para questões que, provavelmente, não estão bem divulgadas ou ações em que a necessária transparência não está a contento.

#### 4.5. Tabulação e análise de dados

O sistema informatizado utilizado na aplicação dos formulários de pesquisa provê um conjunto de relatórios de tabulação de dados para subsidiar a análise crítica e qualitativa dos resultados. Para cada tipo de resposta dada a um indicador, há pelo menos um tipo de relatório gerado, conforme apresentado no Quadro 8.

Quadro 8 – Relação entre os tipos de resposta ao indicador e os relatórios gerados na autoavaliação.

<b>Tipo de resposta ao indicador</b>	<b>Relatório gerado</b>	<b>Descrição</b>
Conceitos enumerados	<b>Distribuição de frequência das respostas</b>	Ordenada de acordo com a numeração dos conceitos, a partir da escala padrão
	<b>Medidas-resumo</b>	Cálculo de índice sintético (média ponderada) a partir da numeração dos conceitos válidos (inteiros) e de mediana, moda, desvio-padrão, variância e coeficiente de variação
Frequência de resposta	<b>Ranking de frequência das respostas</b>	Distribuição de frequência ordenada do mais para o menos frequente, a partir de uma lista de única escolha ou de múltiplas escolhas
	<b>Gráfico tipo pizza</b>	Percentual que totaliza 100% a partir de uma lista de única escolha
Variáveis numéricas	<b>Valor numérico</b>	Número inteiro ou decimal coletado na pesquisa
	<b>Equação matemática</b>	Número decimal ou percentual resultado da aplicação da equação
	<b>Medidas-resumo</b>	Cálculo de índice sintético (média aritmética) a partir da numeração dos conceitos válidos (inteiros) e de mediana, moda, desvio-padrão, variância e coeficiente de variação
Respostas abertas	<b>Ranking de palavras-chaves</b>	Análise de conteúdo do texto coletado e distribuição de frequência ordenada do mais para o menos frequente
	<b>Conjunto de respostas</b>	Exibição das respostas abertas coletadas

Assim, a análise dos dados é feita de acordo com uma abordagem quanti-qualitativa em que os aspectos quantitativos apoiam-se em técnicas diversas como gráficos e estatísticas descritivas aplicadas aos resultados da pesquisa; e os aspectos qualitativos referem-se a comentários e análises críticas, de cunho interpretativo, com base na abordagem quantitativa e nas respostas abertas/subjetivas.

A partir dessa metodologia de natureza quantitativa e qualitativa, busca-se explorar e descrever os resultados pesquisados, no intuito de identificar os aspectos institucionais mais relevantes, segundo a ótica dos respondentes.

## 5. RESULTADOS

Os resultados da autoavaliação institucional produzem elementos para a elaboração de diversos relatórios e subsidiam a tomada de decisão para o planejamento nas diversas instâncias institucionais, conforme estabelecido no Programa Integrado de Avaliação e Planejamento, sistematizados no Quadro 2 e ilustrados na Figura 1.

A título de resgate, registra-se que o processo de autoavaliação institucional produz elementos que possibilitam a avaliação e a revisão ou elaboração do PPP, do PDI e do Plano de Ação anual, a avaliação do processo de ensino e aprendizagem e a elaboração dos seguintes relatórios: Relato Processual do PPP; Relato Global do PPP; Relato Institucional do PDI; Relatórios de Gestão dos *campi* e Relatório de Gestão institucional; Relatório de avaliação de desempenho didático docente; Relatório de avaliação do desempenho de estudantes.

No tocante ao processo de autoavaliação institucional regido pelo SINAES, especificamente para a autoavaliação do planejamento, os resultados são sistematizados pela CPA central, no Relatório de Autoavaliação Institucional, e pelas CPAs locais, no Relatório de Autoavaliação de cada *campus*.

A divulgação dos resultados é feita em cada unidade do IFRN, buscando o envolvimento da comunidade acadêmica no processo de avaliação a fim de que os sujeitos percebam a importância e a necessidade de se comprometerem em participar do diagnóstico autoavaliativo, e viabilizando um espaço deliberativo de discussão para levantamento de sugestões de melhorias e necessidades para o planejamento institucional.

Todos os Relatórios de Autoavaliação Institucional emitidos, desde a primeira autoavaliação institucional, em 2006, constam de modo acessível a toda sociedade, no Portal do IFRN na Internet, no endereço eletrônico: <http://portal.ifrn.edu.br/institucional/avaliacao>.

## 6. CRONOGRAMA

Anualmente, a CPA central elabora, em ação conjunta com as CPAs locais dos *campi*, a ASINDI e a PRODES, o cronograma de atividades anuais a serem desenvolvidas para realização do processo integrado de avaliação e planejamento institucional, contemplando as atividades previstas em todas as etapas do processo de avaliação, observados os períodos descritos no Quadro 2 e os prazos para as ações de planejamento institucional.

## REFERÊNCIAS

ALONSO, M. O trabalho coletivo na escola. In: \_\_\_\_\_. **Formação de gestores escolares para a utilização de tecnologias de informação e comunicação**. PUC-SP: [s.n.], 2002. p. 23-28.

BRASIL. Casa Civil. Presidência da República. Lei n.º 10.861 de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União**, Poder executivo, Brasília, DF, 15 abr. 2004a, Seção 1, p. 3-4.

ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. **Plano de avaliação do projeto pedagógico da ETEFRN**. Natal: ETEFRN, 1995.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE. **Projeto Político-Pedagógico do IFRN**: uma construção coletiva. Natal: IFRN, 2012. Disponível em: <<http://portal.ifrn.edu.br/institucional/projeto-politico-pedagogico>>. Acesso em: 22 out. 2015.

\_\_\_\_\_. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018**. Natal: IFRN, 2014. Disponível em: <http://portal.ifrn.edu.br/institucional/pdi>>. Acesso em: 22 out. 2015.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. Goiânia: Editora Alternativa, 2001.

SAUL, A. M. **Avaliação emancipatória**: desafios à teoria e à prática de avaliação e reformulação do currículo. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SUANNO, M. V. R. **Auto-avaliação institucional**: princípios e metodologia do grupo focal. In.: BELLO, J. L. de P. **Pedagogia em foco**. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/avinst01.htm>>. Acesso em: 27 jan. 2011.